



Com 40 quilos de bolo e 50 mil assinaturas, jovens gritam no parlamento

## José Jorge: a imunidade está ameaçada

O segundo substitutivo do relator Bernardo Cabral abre uma grande brecha nas imunidades parlamentares, sujeita o primeiro-ministro à convocação pelas comissões permanentes da Câmara, do Senado e do Congresso Nacional e mantém o quorum muito elevado para as votações. Esses foram os principais defeitos apontados pelo deputado José Jorge (PFL-PE) em carta entregue ao relator da Comissão de Sistematização, com o objetivo de que no próximo substitutivo tais falhas sejam corrigidas.

A possibilidade da violação das imunidades parlamentares, segundo José Jorge, foi feita pelo deputado Bernardo Cabral ao acrescentar uma ressalva no dispositivo que veda a prisão e o processamento de deputados e senadores sem prévia autorização do Congresso. Essa ressalva relaciona-se com os delitos cometidos anteriormente à obtenção do mandato. José Jorge argumenta que aparentemente a medida é correta, mas não se adequa à realidade brasileira, onde as campanhas são inflamadas e polêmicas e não raro produzem processos motivados apenas pelo antagonismo das idéias e das posições políticas. "Geralmente tais processos são arquivados, mas, com o novo texto, eles ganham a possibilidade real de virem a ser reativados apenas para pressionar os parlamentares a mudarem seu voto ou para perseguir os adversários políticos. E isso é muito perigoso, porque a Câmara e o Senado não podem, neste caso, proteger o seu membro que está sendo vitimado pela arbitrariedade".

Afirmando que a imunidade deve ser total e só pode ser levantada quando assim decidirem os parlamentares, José Jorge questionou também outros pontos do substitutivo do Bernardo Cabral. A possibilidade de as comissões da Câmara e do Senado convocarem o primeiro-ministro foi por ele considerada excesso de poder. O deputado afirma que o chefe do Governo deve ser convocado apenas pelos plenários da Câmara, do Senado e do Congresso, deixando aos Ministros as explicações setoriais — mais técnicas — requeridas pelas comissões.

## Jovens fazem sua festa na Constituinte

A Constituinte é um assunto proibido para menores de 18 anos. Para afrontar esta "proibição", oitenta jovens, entre 15 e 18 anos, levaram às solbrias instalações do Congresso Nacional um bolo de 40 quilos, muito refrigerante e um documento com 50 mil assinaturas e várias reivindicações da Juventude Socialista. O bolo, cortado no fim da tarde em meio ao corre-corre do salão verde da Câmara, comemorou os três anos de fundação da entidade e as reivindicações foram entregues ao relator da sistematização, Bernardo Cabral.

A União da Juventude Socialista é uma entidade apartidária — "e por isso mesmo muito à vontade para criticar a quem quer que mereça críticas" — como afirma seu coordenador-geral, Apolinário Rabelo, e gostaria de ver, na nova Constituição, a instituição do voto aos 16 anos, o serviço militar opcional, a descriminalização do uso de drogas, a proibição do trabalho ao menor de 14 anos e o fim do governo Sarney, com eleições diretas já no próximo ano.

Duas destas propostas já foram apresentadas na forma de emendas de parlamentares simpáticos à causa da UJS, mas os jovens resolveram trazer o abaixo-assinado como forma de reforçar politicamente o pleito. "Estivemos com o relator há algum tempo" — diz Apolinário — "mas ele simplesmente mentiu, dizendo que o voto aos 16 anos estaria no seu segundo substitutivo". O coordenador da UJS justifi-

## Faria: obstrução é a arma da esquerda

"A obstrução será a arma que teremos para impedir que se faça uma Constituição atrasada e que interesse apenas aos setores mais conservadores do País". A afirmação é do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), acrescentando que os parlamentares da esquerda estão dispostos a utilizar o artifício regimental, para possibilitar a discussão e ampliar as negociações em torno do futuro texto constitucional.

ca o pleito: "Se o jovem de 16 anos, e até menor, pode contribuir para a riqueza do país, fazendo parte da população economicamente ativa, por que não pode votar"?

Ao lado de ponderações sérias, os jovens socialistas colocam posições absolutas e irreverentes diante do mundo que os cerca: no jornal da entidade — "O Desacato" — as manchetes de primeira página chamam para matérias sobre cola "40 dicas de como se colar nas provas" e sexo, "Idade para transar". A matéria principal do número 2 do tablóide, no entanto, é de impecável seriedade: denuncia as péssimas condições de trabalho em que vivem os menores de até 12 anos que trabalham em fábricas de vidro.

A UJS tem orgulho de seus feitos: o mais recente foi a pichação do monumento aos heróis da travessia do Atlântico, na Avenida Brasil, em São Paulo: "o monumento foi uma doação do ditador italiano Mussolini a São Paulo. O prefeito Jânio Quadros pode gostar dele, mas nós o achamos horrível, por sua significação", diz Apolinário Rabelo.

Conscientes, os jovens apresentam seu principal argumento contra a "proibição" da Constituinte aos jovens: "Isto não tem sentido, nós vamos herdar este país dos mais velhos, se a Constituição não levar isto em consideração, o sentido principal da Constituição estará perdido — o de construir um país para todos, mais justo", finaliza Apolinário.

Arnaldo Faria de Sá garantiu que a partir das primeiras sessões com votação da Comissão de Sistematização, os parlamentares comprometidos com as mudanças, mas que são em número bem inferior aos conservadores, irão solicitar questões de ordem e encaminhar a apreciação de cada um dos destaques solicitados, o que vai obrigar uma verdadeira negociação.

# Caos não deixa comissão votar

A primeira reunião da Sistematização convocada para votar o substitutivo do relator Bernardo Cabral foi uma mostra da impossibilidade de que o projeto esteja todo votado no dia 8 de outubro, prazo final para sua tramitação na Sistematização. A reunião, marcada para as 19h e iniciada às 19h23, não tinha votado nada até as 22h30m.

As três primeiras horas de reunião foram gastas com uma série interminável e tranqüilo senador Afonso Arinos (PFL-RJ), na presidência da reunião. "O presidente, por sua origem, começa mineiramente a desconfiar que o objetivo desta discussão é impedir a votação", observou Arinos, sem tentar fazer com que cessassem as sucessivas questões de ordem.

A primeira polêmica da reunião que deveria votar o preâmbulo do substitutivo foi levantada pelo líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA). Sant'Anna insistia que as disposições transitórias referentes a cada título fossem votadas em seguida ao título correspondente. Arinos já havia acatado a questão de ordem de Sant'Anna quando o deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG) protestou, argumentando que isto provocaria a "absoluta

subversão do sistema proposto".

Depois de ameaçar colocar a questão de ordem em votação, Arinos voltou atrás mais uma vez, e acatou a sugestão do senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), de deixar para a reunião seguinte, uma solução sobre o assunto, após consulta ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães.

Já eram 21h30m quando os líderes de cada partido começaram a fazer os seus discursos, encaminhando a votação. O deputado Euclides Scalco (PMDB-PR) lembrou aos constituintes de seu partido que eles deveriam acompanhar as decisões partidárias e comentou algumas posições firmadas na última convenção do PMDB, como a necessidade de imissão imediata de posse as diretrizes para a renegociação da dívida externa.

O líder do PT, deputado Luís Inácio Lula da Silva (PT-SP) manifestou perplexidade com a dificuldade para iniciar a votação e sua disposição em procurar um entendimento com os outros partidos. "Vou brigar, vou falar grosso nesta tribuna, mas vou conversar com todos os que tiverem dispostos a conversar", prometeu Lula.

"Não estamos fazendo uma Constituição, mas o

estatuto da classe dominante". Foi assim que o deputado Lysâneas Maciel, indicado pelo líder do PDT, Brandão Monteiro, iniciou o seu pronunciamento, na sessão de abertura dos trabalhos da Comissão de Sistematização, presidida pelo senador Afonso Arinos.

Dizendo-se decepcionado e descrente com o substitutivo do relator Bernardo Cabral, o deputado Lysâneas Maciel iniciou suas críticas já ao preâmbulo do anteprojeto, advertindo que o Deus ali referido não deve ser o Deus dos generais, ou dos latifundiários, mas o Deus dos humildes e dos oprimidos, porque esses não têm qualquer proteção.

O ataque seguinte atingiu ao ministro do Exército, Leonidas Pires, e ao relator Bernardo Cabral, simultaneamente: o ministro, por interferir na Constituinte, ao dizer que o mandato do Presidente seria de seis anos; o relator, porque "cumpru o que o ministro determinou".

Outra vítima foi o presidente da UDR, "esse energúmeno chamado Ronaldo Calado", que o deputado Lysâneas Maciel acusou de "chefe do esquadrão da morte", lembrando os assassinatos de diversos defensores dos sem-terra, entre eles o padre Josimo.

## Menina pede a Ulysses "Lei pela Natureza"

A crise política de ontem fez o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, desmarcar todos os compromissos de sua agenda, menos um. Entre as articulações políticas em sua residência e o encontro com o presidente Sarney no Palácio do Planalto, Ulysses Guimarães deu uma corrida no Congresso Nacional só para receber uma carta de Ronielma, de dez anos de idade, vencedora do concurso Defesa da Amazônia na Constituinte do programa infantil Z Y B Bom, da Rede Bandeirantes.

Na carta, Ronielma Miranda, de Ponta Grossa (PR) pede a aprovação, na

Constituinte, de uma lei contra os homens que acabam com a Natureza" porque o "o homem não corta as árvores porque precisa, mas por ganância e maldade". O presidente da Constituinte recebeu a carta e um beija e, emocionado, disse que a Constituição "não deve ser um milagre, mas vai ser um caminho para frente, de olho nas crianças do Brasil".

A equipe do programa infantil gravou a entrega da carta ao deputado Ulysses Guimarães que, paciente e agradecido ao livro que recebeu da "Tia Lenilda", orientadora e redatora do programa.

## Jânio falará de corrupção

Da Sucursal

São Paulo — O prefeito Jânio Quadros falará hoje no I Congresso Nacional Contra a Corrupção, iniciado ontem na Sala Pedrosa Horta, da Câmara Municipal. O idealizador do evento é o vereador Antônio Fernandes (Partido Municipalista), que este ano teve seu mandato ameaçado de cassação. Fernandes fez acusações sobre irregularidades cometidas por integrantes da Câmara, confessando-se ele próprio corrupto.

O vereador disse que o Congresso é uma tentativa de conter a corrupção existente no País. Ontem, os debates focalizaram o Tribunal de Contas e a atuação do corregedor da Justiça na administração pública. A presença reduzida de participantes do evento à descrença da população que não acredita em um movimento desse tipo. Comentou o fato de ele mesmo organizar o evento depois de admitir que incorria em corrupção. Antônio Fernandes disse que ele, eleitoralmente tem consciência de que é um bom corrupto. "O sistema eleitoral brasileiro é corrupto" — afirmou.

de conter a corrupção existente no País. Ontem, os debates focalizaram o Tribunal de Contas e a atuação do corregedor da Justiça na administração pública.

A presença reduzida de participantes do evento à descrença da população que não acredita em um movimento desse tipo. Comentou o fato de ele mesmo organizar o evento depois de admitir que incorria em corrupção. Antônio Fernandes disse que ele, eleitoralmente tem consciência de que é um bom corrupto. "O sistema eleitoral brasileiro é corrupto" — afirmou.